



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas



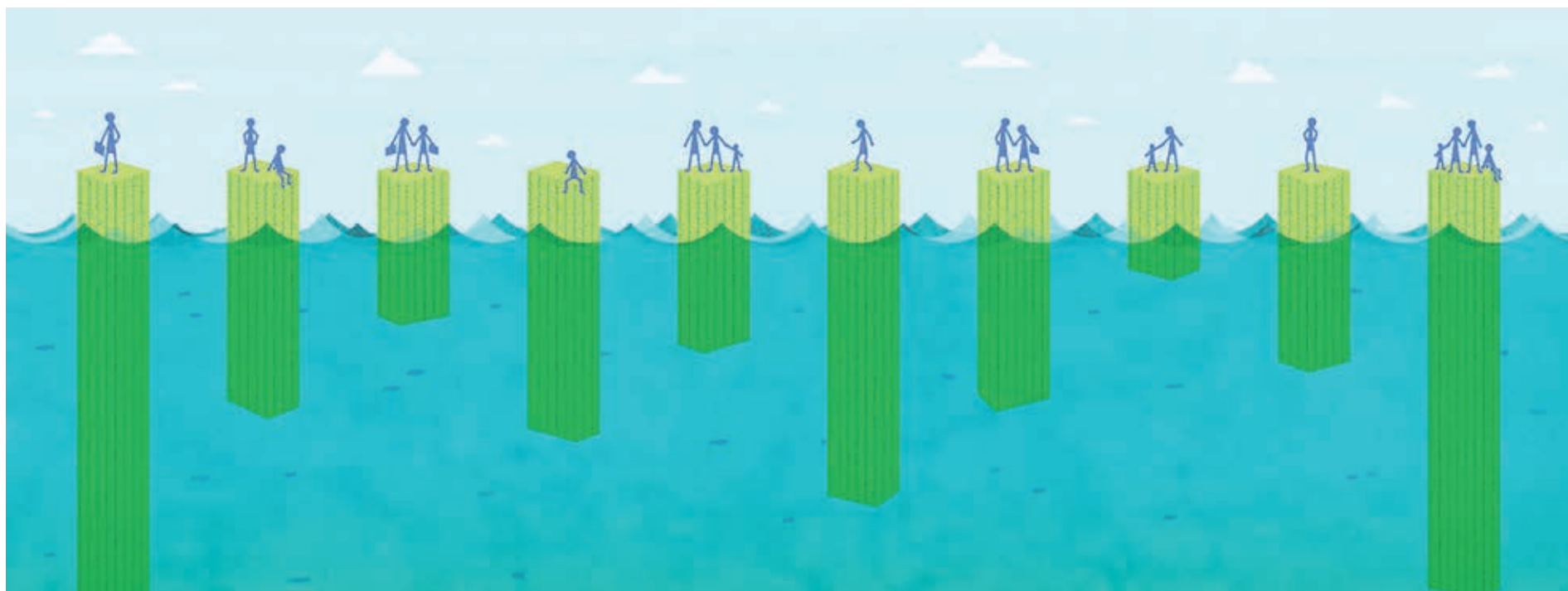
Centro de Ética, Política e Sociedade

Ethos e Polis

O RBI e o futuro do Estado Social

ROBERTO MERRILL*

Rubrica em colaboração com o Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho, que tem por principal objetivo criar diálogo com a comunidade. Poderá colocar qualquer questão nos domínios da teoria política e da ética aos seus investigadores através de ceps@ilch.uminho.pt.



O **Rendimento Básico Incondicional (RBI)** é uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade. Um RBI é incondicional em três sentidos principais: (1) é universal, pois não discrimina ninguém, aplicando-se a todos; (2) é livre de obrigações, sem burocracias nem requisitos a cumprir; (3) é individual - garantindo autonomia às pessoas em situação vulnerável independentemente da situação familiar.

Apesar da sua enorme simplicidade, a ideia do RBI comporta muitas possibilidades e por essa razão não se pode fazer abstração do contexto da sua implementação quando se discute a forma que deve assumir. E se é verdade que existem versões, à direita do espectro político, que advogam a introdução de um RBI ao qual poderíamos chamar “ultra liberal”, também o é que essa versão seria, com quase toda a certeza, impossível de implementar em Portugal, por motivos políticos e mesmo constitucionais. Na realidade quase nin-

guém defende que o RBI seria feito à custa do Estado Social, a não ser algumas pessoas que acreditam nas fantasias de libertários como Charles Murray, que propõe em *In Our Hands* (2006) um RBI em troca do desmantelamento do Estado Social. Na verdade, a imensa maioria das propostas dum RBI pretende reforçar o Estado Social. Julgamos que um RBI em Portugal poderia na prática salvar o Estado Social, uma vez que teria sempre que ser entendido como o seu aprofundamento e melhoramento tendo em conta a transformação estrutural da economia no século XXI.

Dito isto, de que maneira seria um RBI sustentável? A evidência empírica ainda é escassa, mas existem razões teóricas e normativas que nos permitem pensar que um RBI, se for bem implementado, é sustentável do ponto de vista económico (já existem propostas de modelos de financiamento), social (reduzindo a pobreza e as desigualdades, suportando modos de vida mais cooperativos, criativos e altruístas) e até ecológico (contribuindo à promoção de estilos de vida frugais se a im-

plementação do RBI for acompanhada por outras políticas públicas). No entanto, para provar a sustentabilidade do RBI precisamos de fazer projetos-piloto, como os que estão a decorrer na Finlândia e no Canadá. Espero que possamos em breve ter um projeto-piloto em Portugal, talvez mesmo em Braga, tendo sido essa a posição publicamente defendida pela Associação RBI - Portugal, durante a abertura do 17º Congresso Mundial sobre RBI, que teve lugar em setembro passado na Assembleia da República, coorganizado pelo CEPS.

Na realidade, existem boas razões teóricas que permitem pensar que o RBI pode ter efeitos positivos, mas não estão fundamentadas em evidência empírica, daí a importância de fazerem-se experiências com projetos-piloto. Por exemplo, contrariamente ao RSI, o RBI permitiria evitar a armadilha da pobreza e do desemprego, já que com o primeiro pode ser melhor não trabalhar ou trabalhar sem o declarar para não o perder. Outro exemplo: se por um lado o RBI apenas cobre as necessidades fundamentais das pessoas e se por outro

lado as pessoas graças a um emprego podem ter mais dinheiro, então seria no mínimo estranho que as pessoas não queiram ter mais dinheiro. Assinale-se que não existe nenhuma evidência que um RBI possa ter efeitos negativos no mercado do trabalho. Aliás é precisamente por isso que é importante ir além dos preconceitos e testar de maneira o mais séria possível estas possibilidades. O RBI por ser incondicional permite viver com a segurança de ter um rendimento garantido, o que permite arriscar fazer projetos a longo prazo, estimulando o empreendedorismo e a criatividade. Recordemos que o montante do rendimento incondicional é básico, ou seja permite somente não viver na miséria. De qualquer maneira, numa sociedade com o nosso nível de riqueza, o nosso sentido mais elementar da justiça exige que cada um de nós possa ter acesso a um rendimento básico pelo simples facto de existir.

***Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho**